



O ARMÁRIO COMO *LOCUS* DE PASSAGEM E A PERFORMATIVIDADE DIGITAL DA MASCULINIDADE

The Closet as a Locus of Transition and the Digital Performativity of Masculinity

El Armario como Locus de Tránsito y la Performatividad Digital de la Masculinidad

Jonathan Machado Domingues¹

Resumo: Este artigo analisa o armário LGBTI+ como um dispositivo de regulação da visibilidade, propondo compreendê-lo como *locus de passagem*, em contraposição às leituras que o organizam a partir de posições fixas entre estar dentro e fora. A questão norteadora investiga como a performatividade digital da masculinidade permite compreender o armário não como morada identitária, mas como uma configuração relacional e provisória de negociação entre ocultamento, exposição e reconhecimento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, fundamentada na Teoria Queer e na Epistemologia do Armário, que articula as noções de performatividade, heteronormatividade e masculinidade hegemônica à análise das formas de apresentação de homens gays no ciberespaço. Argumenta-se que o armário digital opera por regimes de visibilidade seletiva, nos quais corpo, rosto, nome, linguagem e desejo são diferencialmente administrados segundo as condições e os riscos de reconhecimento presentes em cada interação. A análise permite sustentar que visibilidade e ocultamento não constituem posições necessariamente excludentes, podendo coexistir na produção de uma presença administrada. Conclui-se que compreender o armário como locus de passagem desloca a análise da oposição entre segredo e revelação para as condições sociais de reconhecibilidade. Isso permite investigar sob quais circunstâncias, diante de quais públicos e por meio de quais signos sujeitos dissidentes podem tornar-se visíveis e reconhecíveis.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Performatividade. Teoria Queer.

Abstract: This article analyzes the LGBTI+ closet as a device for regulating visibility, proposing that it be understood as a locus of transition, in contrast to approaches that organize it around fixed positions of being inside or outside the closet. The guiding question investigates

¹ Coordenador do Projeto Direitos Humanos e Educação. Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (PPGESIA/UNIFESP). Realizou estágio de doutorado sanduíche na Universidad de Murcia (UMU, Espanha), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGECT/UFSC). Especialista em Educação, Gêneros e Sexualidade e em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguazu. Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ Maracanã) e em Matemática pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: jonathandomingues18@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0115673090876414>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1065-5655>.

how the digital performativity of masculinity allows the closet to be understood not as an identity dwelling, but as a relational and provisional configuration for negotiating concealment, exposure, and recognition. This is an exploratory bibliographic study grounded in Queer Theory and the Epistemology of the Closet, articulating the notions of performativity, heteronormativity, and hegemonic masculinity with an analysis of the forms of self-presentation adopted by gay men in cyberspace. It argues that the digital closet operates through regimes of selective visibility, in which body, face, name, language, and desire are differentially managed according to the conditions and risks of recognition present in each interaction. The analysis suggests that visibility and concealment are not necessarily mutually exclusive positions, but may coexist in the production of a managed presence. It concludes that understanding the closet as a locus of transition shifts the analysis from the opposition between secrecy and disclosure toward the social conditions of recognizability, making it possible to investigate under what circumstances, before which audiences, and through which signs dissident subjects may become visible and recognizable.

Keywords: Gender Identity. Performativity. Queer Theory.

Resumen: Este artículo analiza el armario LGBTI+ como un dispositivo de regulación de la visibilidad y propone comprenderlo como locus de tránsito, en contraposición a las lecturas que lo organizan a partir de posiciones fijas entre estar dentro y fuera del armario. La pregunta central investiga cómo la performatividad digital de la masculinidad permite comprender el armario no como una morada identitaria, sino como una configuración relacional y provisional de negociación entre ocultamiento, exposición y reconocimiento. Se trata de una investigación bibliográfica exploratoria, fundamentada en la Teoría Queer y en la Epistemología del Armario, que articula las nociones de performatividad, heteronormatividad y masculinidad hegemónica con el análisis de las formas de presentación de hombres gays en el ciberespacio. Se argumenta que el armario digital opera mediante regímenes de visibilidad selectiva, en los que cuerpo, rostro, nombre, lenguaje y deseo son administrados de manera diferencial según las condiciones y los riesgos de reconocimiento presentes en cada interacción. El análisis permite sostener que visibilidad y ocultamiento no constituyen posiciones necesariamente excluyentes, sino que pueden coexistir en la producción de una presencia administrada. Se concluye que comprender el armario como locus de tránsito desplaza el análisis de la oposición entre secreto y revelación hacia las condiciones sociales de reconocibilidad, permitiendo investigar bajo qué circunstancias, ante qué públicos y mediante qué signos los sujetos disidentes pueden volverse visibles y reconocibles.

Palabras clave: Identidad de género. Performatividad. Teoría queer.

Considerações Iniciais

O armário constitui-se como a estrutura definidora da opressão LGBTI+ no século XX e XXI, operando menos como um esconderijo individual e mais como um complexo regime de conhecimento e poder. Longe de ser um silêncio passivo, ele funciona como um segredo aberto que atesta a recuperação fantasmática dos binarismos de gênero, garantindo a invisibilidade do desejo dissidente para salvaguardar a santidade da norma heterossexual.

Como aponta Sedgwick (2007), o armário é marcado por uma elasticidade mortífera. Mesmo para sujeitos assumidamente públicos, a presunção heterossexista reconstrói muros constantemente. Isso exige cálculos perpétuos de sigilo ou exposição a cada nova interação social, seja no ambiente de trabalho, na família ou no ciberespaço.

Este artigo propõe uma reconceitualização do armário como um locus de passagem, fundamentada na compreensão de que a identidade não é uma substância estável, mas uma performatividade incessante.

A noção de *locus* de passagem proposta neste estudo procura, nesse sentido, deslocar a topografia binária que historicamente organiza a metáfora do armário. Se as posições de dentro e fora não são definitivas, interessa menos identificar onde o sujeito se encontra do que compreender como ele administra sua legibilidade diante de diferentes públicos, espaços e relações.

Propõe-se, tomar o armário como um regime móvel de visibilidade, no qual ocultamento e exposição não constituem polos excludentes, mas operações que podem coexistir e ser diferencialmente acionadas. A passagem designa precisamente essa mobilidade: não a trajetória necessária em direção a uma visibilidade plena, mas o trânsito entre diferentes condições de reconhecimento produzido sob constrangimentos heteronormativos.

Se, como argumenta Butler (2018), o gênero é uma estilização repetida do corpo realizada sob coação, o armário deixa de ser um lugar de ‘ser’ para tornar-se um espaço estratégico de um fazer provisório.

A permanência nesse espaço não é uma escolha eletiva, mas uma resposta ao ‘mundo de injúrias’ e à violência simbólica que precedem o nascimento do sujeito dissidente. Isso o força a habitar o que Silva e Barbosa (2016) denominam prisões de masculinidade ou feminilidade para sobreviver a uma sociedade de religiosidade heteronormativa que trata o desvio como pecado ou patologia.

No cenário contemporâneo, essa dinâmica ganha novas camadas com o ‘armário do ciberespaço’, onde a gestão da imagem digital permite uma biossociabilidade online que oscila entre a superexposição e o anonimato.

Particularmente entre homens gays, observa-se a encenação de uma masculinidade hipernormativa, o *gay com jeito de homem*, como uma tentativa de mimetizar um original heterossexual que é, ele próprio, uma cópia sem origem. Todavia, tal performance revela-se um teatro de exaustão, pois a manutenção de uma coerência fictícia entre sexo, gênero e desejo

exige um esforço disciplinar fadado à ruptura. Ademais, o armário é hoje reforçado pelo pânico moral e pelos movimentos antigênero, que utilizam o fantasma do gênero como uma ameaça nuclear à civilização e à família (Butler, 2024).

Esse sadismo moral projeta nos corpos LGBTI+ a causa de crises econômicas e sociais, justificando a censura e a retirada de direitos como formas de proteção (Butler, 2024). Diante desse cenário, a ‘passagem’ para fora do armário não deve ser lida apenas como um rito de coragem individual, mas como um ato político de subversão da matriz de inteligibilidade heteronormativa (Butler, 2018).

Ao longo deste trabalho, discute-se como a saída do armário desnaturaliza o sexo e recupera a ética da autodeterminação, transformando a dor do silenciamento em uma afirmação radical da vida. O objetivo não é apenas tirar pessoas do armário, o que pode constituir uma nova violência ou *outing* forçado, mas quebrar o armário enquanto instituição social, reconhecendo o sexo como um processo temporal e fluido.

Através da análise da performatividade digital e das prisões da masculinidade, demonstra-se que o destino da população LGBTI+ não é o confinamento, mas a construção de uma vida verdadeiramente viável em liberdade coletiva.

Embora a literatura tenha demonstrado o caráter regulatório do armário e sua permanente reconstrução nas relações sociais, interessa avançar sobre outra dimensão do problema: sua temporalidade. Em vez de tomá-lo apenas como espaço de ocultamento, propõe-se compreendê-lo como *locus* de passagem, isto é, uma configuração instável de negociação entre visibilidade, reconhecimento e performatividade. No ciberespaço, essa condição torna-se observável, uma vez que a gestão da imagem permite simultaneamente ocultar o desejo e intensificar performances normativas de masculinidade.

Como a performatividade digital da masculinidade permite compreender o armário não como morada identitária, mas como locus de passagem?

O armário como construção e regulação heterossexual

O armário não constitui uma característica intrínseca à vivência LGBTI+, mas sim a estrutura definidora da opressão sexual no século XX, funcionando como um regime de conhecimento e poder que molda as fronteiras entre o público e o privado.

A partir de Sedgwick (2007) é possível inferir que longe de ser um espaço de silêncio passivo, o armário é um *segredo aberto* que atesta a recuperação fantasmática dos binarismos

de gênero, garantindo que uma suposta santidade da norma permaneça inviolada enquanto o desvio é mantido sob gestão perpétua.

Ou seja, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista reconstrói muros constantemente ao redor do sujeito, exigindo dele cálculos incessantes de sigilo ou exposição a cada nova interação social. A base de sustentação do armário reside naquilo que Butler (2018) denomina matriz heterossexual: uma grade de inteligibilidade cultural que pressupõe uma continuidade natural e obrigatória entre sexo biológico, identidade de gênero e desejo. Nesta configuração, a heterossexualidade é instituída como a única possibilidade legítima, transformando qualquer dissonância performativa em algo de abjeção ou ininteligível.

Desta forma, o armário opera como um instrumento de regulação que busca uniformizar a identidade de gênero, forçando o sujeito a mimetizar uma coerência fictícia de sexo-gênero-sexualidade para ser reconhecido como humano ou normal. Ademais, a pessoa LGBTI+ não ‘entra’ no armário por escolha deliberada; ela nasce dentro de uma estrutura onde o mundo de injúrias a precede.

Assim, os homossexuais vivem em um mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encurrala, os designa. Atribuem a cada um deles, e a todos coletivamente, um lugar -inferiorizado- na ordem social. Mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias existe antes deles e se apodera deles antes mesmo que possam saber o que são. [...] A linguagem está 'já aí' para todo o mundo, e impõe a todos os indivíduos e a todos os grupos as estruturas cognitivas e os esquemas de percepção para quem ela serve de veículo, e conseqüentemente a sujeição a esses esquemas e estruturas e às identidades psicológicas que contribuem para determinar e reproduzir. Já existe linguagem quando chego ao mundo, da mesma forma que existem papéis sociais que se designam mediante palavras, e em especial com injúrias. [...] Os papéis se apoderam de nós desde a infância (Eribon, 2001, p. 85-90, *tradução nossa*).

Para compreender o armário como mecanismo de regulação, é essencial recorrer à análise de Foucault (1987) sobre as instituições disciplinares. O armário funciona como uma penalidade perpétua que compara, diferencia e hierarquiza os corpos, operando como uma prisão de masculinidade ou feminilidade. Essa regulação não se limita ao plano jurídico; ela se manifesta como biopoder, controlando a integralidade das condutas humanas e selecionando regras para efetivar o controle das populações por meio de dispositivos complexos de normalização.

Conforme pontua Foucault (1987, p. 193): “a penalidade perpétua que atravessa todos

os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”.

Dito isto, o armário deve ser encarado como uma instituição opressora instigada pela própria sociedade para manter a hegemonia de valores da maioria. A responsabilidade pela sua existência recai sobre uma cultura de religiosidade heteronormativa que trata o desvio como ‘pecado’ ou ‘doença’, forçando o sujeito ao auto-aprisionamento de sua fala, vestimenta e gestos para contornar perseguições punitivas.

Embora o armário tente se apresentar como uma estrutura de confinamento permanente, a teoria da performatividade de gênero (Butler, 2018) indica sua fragilidade inerente. Se o gênero é uma ação incessante, uma estilização repetida do corpo que não possui *status* ontológico separado dos atos que o constituem, então a própria necessidade de regulação constante confessa que a norma é instável. O armário, enquanto construção heterossexual, é um lugar de exaustão performativa. A manutenção da identidade de homem macho, por exemplo, no ciberespaço ou na vida pública, quando desconectada da verdade do desejo, exige um esforço disciplinar que está fadado ao fracasso e à ruptura.

Ao desnaturalizar o sexo e revelar o caráter performativo do ‘natural’, o armário deixa de ser entendido como uma morada final de silêncio. Ele é reconhecido como um espaço provisório de gestão da dor, cuja função política é ser superado pelo reconhecimento do sexo como um processo temporal e autodeterminado.

O “armário do ciberespaço” e a gestão da imagem

Com a ascensão das redes digitais, o armário deixa de ser um confinamento puramente doméstico ou psicológico para se tornar uma estrutura de biossociabilidade online. Nesse novo *locus*, o ciberespaço opera como um ambiente de escolhas estratégicas, o que mostrar, como mostrar e quando mostrar, permitindo que indivíduos LGBTI+ sobrevivam sob um véu de anonimato ou de exposição controlada.

Para estes/estas, o mecanismo do armário não é aplicado quando eles/ elas exteriorizam a sua identidade de gênero, pois passam a representar a performatividade do gênero distinta, não conseguindo “esconder” esse desvio da sociedade e dos seus familiares. Entretanto, para os homossexuais é possível encontrar uma nova forma de armário —, trata-se do “armário do ciberespaço”. Eles descobriram na internet “alternativas” para a vida no armário, “sobrevivida” em perspectiva virtual, uma vez que nessa dimensão tecnológica há a possibilidade de escolhas, do que mostrar, como se mostrar e quando se mostrar, a partir de um anonimato (Silva; Barbosa, 2016, p. 145).

Surge aqui o paradoxo do ‘armário de vidro’: um regime de visibilidade em que, embora todos sejam convocados à superexposição em sites de relacionamento, muitos o fazem permanecendo confinados, realizando cálculos perpétuos para que a imagem pública não denuncie a dissidência interna.

A gestão da imagem no ciberespaço, particularmente entre homens gays, frequentemente assume a forma de uma performatividade hipernormativa (Silva; Barbosa, 2016).

Na tentativa de contornar o estigma e garantir o *cis-passing*, o sujeito constrói uma identidade de *homem macho*. Essa encenação digital utiliza signos corpóreos, como a valorização de corpos musculosos e a mimese de comportamentos viris, para sustentar o que Butler (2018) descreve como a manutenção da coerência fictícia entre sexo, gênero e desejo. Essa gestão da imagem adquire materialidade nas próprias formas de apresentação utilizadas nos aplicativos. Como é possível observar em Monica e Costa (2020), o sigilo não implica necessariamente a ausência do corpo no espaço digital.

Entre os perfis analisados pelos autores, a ocultação do rosto convive com a exposição do torso e com a mobilização de signos associados à virilidade, enquanto expressões como macho discreto, fora do meio e no sigilo anunciam textualmente os limites dentro dos quais aquela interação poderá ocorrer. Resultados semelhantes aparecem em Paranhos e Costa (2022), que identificam a recorrência de perfis sem rosto, codinomes e imagens corporais associadas à força e à masculinidade.

Há, nesse movimento, algo mais complexo do que uma simples oposição entre visibilidade e invisibilidade. O armário digital parece operar por uma visibilidade seletiva: oculta-se aquilo que individualiza o sujeito, ao mesmo tempo que se tornam visíveis os signos capazes de aproximá-lo da masculinidade socialmente legitimada. O rosto, que permitiria reconhecimento e eventual exposição fora do aplicativo, pode ser retirado de cena; o corpo, por sua vez, permanece disponível ao desejo, desde que apresentado segundo determinados códigos de inteligibilidade masculina.

A imagem digital não serve, apenas para esconder uma identidade, mas para administrar quais partes do sujeito podem tornar-se reconhecíveis e sob quais condições. Essa leitura encontra respaldo nos achados de Monica e Costa (2020), para quem anonimato e discrição convivem com performances marcadas pela masculinidade hegemônica. De Paranhos e Costa

(2022), que observam a presença recorrente de corpos musculosos, pelos e expressões de força nos perfis examinados.

Essa administração não se restringe, contudo, à composição estética do perfil. Como é possível observar em Silva (2023), o controle da imagem também responde ao risco de que a circulação entre o espaço digital e a vida cotidiana produza uma exposição não consentida. O receio de enviar fotografias do rosto, de ser reconhecido e de ter a sexualidade publicizada aparece associado, entre os participantes investigados, ao medo do julgamento e da violência.

Ao mesmo tempo, expressões como discreto e fora do meio, só macho e sigilo sempre mostram que a proteção buscada pelo anonimato pode caminhar junto à reafirmação de códigos normativos de masculinidade. O paradoxo do armário no ciberespaço reside justamente aí: para permanecer oculto como sujeito social, torna-se necessário aprender a aparecer digitalmente de maneira calculada. Não se trata, de desaparecer, mas de produzir uma presença administrada, na qual rosto, nome, corpo, linguagem e desejo recebem diferentes graus de visibilidade.

O sigilo deixa, assim, de corresponder à simples ausência de exposição e passa a operar como uma tecnologia cotidiana de seleção do que pode ser visto, por quem e em quais circunstâncias. É nessa gestão diferencial da visibilidade que o armário digital atualiza sua capacidade regulatória: permite a circulação do desejo sem exigir, necessariamente, a circulação pública da identidade.

Denomina-se aqui visibilidade seletiva o regime pelo qual sujeitos administram diferencialmente os elementos que os tornam reconhecíveis, fazendo circular determinados signos de si enquanto restringem outros segundo os riscos de exposição presentes em cada interação. Diferentemente da invisibilidade, a visibilidade seletiva não pressupõe desaparecimento; ela produz uma presença calculada.

Corpo, rosto, nome, linguagem, desejo e localização social podem adquirir graus distintos de exposição, de modo que tornar-se visível em uma dimensão não implica tornar-se reconhecível em todas as demais. No armário digital, ocultamento e exposição deixam de constituir movimentos contraditórios: o sujeito pode intensificar a visibilidade do corpo e do desejo ao mesmo tempo que restringe a circulação social de sua identidade.

Nesse contexto, o ciberespaço não é um lugar de libertação automática, mas um teatro de exaustão performativa. O esforço para evitar qualquer *erro* que desmonte a identidade construída revela que o gênero, no ambiente virtual, funciona como uma *ação incessante*, uma

estilização repetida que busca aproximar o ideal de uma base substancial de identidade que, no fundo, é inexistente.

A imagem do ‘macho’ no perfil digital torna-se, assim, um *bunker* identitário, uma tentativa de mimetizar o original heterossexual, que é, ele próprio, uma cópia sem origem. A eficácia do armário no ciberespaço é atravessada por uma vigilância constante e pelo medo da denúncia indesejada (*outing*). Em sociedades de religiosidade heteronormativa, onde o desvio é tratado como pecado ou anormalidade, o indivíduo é forçado a um cálculo de risco sobre sua própria visibilidade.

A internet, embora ofereça a ilusão de controle, amplia a elasticidade mortífera da norma, exigindo que o sujeito realize novos levantamentos e cálculos a cada nova interação virtual para evitar que o segredo desorganize sua vida familiar ou profissional.

Dessa forma, a partir de Sedgwick (2007), infere-se que, o armário digital atesta a recuperação fantasmática dos binarismos. A gestão da imagem online não visa apenas ocultar o desejo, mas proteger a santidade da matriz heterossexual, garantindo que o desconhecimento da maioria permaneça como um espaço epistemológico pesado e consequente.

O sujeito no armário digital vive em um estado de sadismo moral internalizado, onde a necessidade de podar sua fala e seus gestos nas redes é a condição para não ser expulso da humanidade reconhecida pela norma. Assim, conforme observa em Butler (2018) a gestão da imagem no ciberespaço indica a insustentabilidade do armário como morada permanente. Se a identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que se pretende que sejam seus resultados, o armário digital deixa de ser um refúgio para se tornar um espaço de trânsito e negociação simbólica.

A saída desse armário tecnológico não deve ser vista apenas como um ato de coragem individual, mas como um enfrentamento político à crença de que o binarismo é um fato biológico imutável (Butler, 2024). A passagem, aqui, é o reconhecimento de que o sexo é um processo temporal e que a autodeterminação é a única resposta possível contra a violência da normalização imposta.

Performatividade e a “prisão da masculinidade”

A prisão da masculinidade é um dispositivo de doutrinação que impõe aos corpos uma visibilidade pré-moldada, exigindo que a masculinidade seja identificada em todas as formas de expressão do sujeito. Esta prisão não é meramente metafórica; ela opera através de

parâmetros morais e sociais que legislam e julgam os corpos, sentenciando-os a uma ‘penalidade perpétua’ de normalização.

Como o ser homem é socialmente definido pelas especialidades do aparelho genital, cria-se uma sentença de comportamento que exclui a expressão de sentimentos e a vulnerabilidade, transformando o corpo em um *bunker* de virilidade. A manutenção do armário, especialmente no caso de homens gays que buscam o *cis-passing*, frequentemente descamba para o que se denomina fascismo corporal (*body fascism*) (Silva; Barbosa, 2016).

Esta dinâmica obriga o sujeito a uma disciplina estética de magreza e musculosidade para se manter sexualmente atraente e, simultaneamente, protegido do estigma da efeminação. Aqui, o gênero funciona como uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos realizados dentro de uma estrutura reguladora altamente rígida que se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância natural.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um telos a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero. Expor os atos contingentes que criam a aparência de uma necessidade natural, tentativa que tem feito parte da crítica cultural pelo menos desde Marx, é tarefa que assume agora a responsabilidade acrescida de mostrar como a própria noção de sujeito, só inteligível por meio de sua aparência de gênero, admite possibilidades excluídas à força pelas várias reificações do gênero constitutivas de suas ontologias contingentes (Butler, 2018, p. 54-55).

Nesse contexto, o ser gay, mas com jeito de homem, surge como uma estratégia de adaptação e sobrevivência. A performatividade (Butler, 2018) dessa masculinidade hipernormativa busca mimetizar um original heterossexual que, como aponta a teoria *queer*, é ele próprio uma cópia sem origem, uma ficção produzida pela repetição de atos. O sujeito no armário não está apenas se escondendo; ele está encenando uma ‘coerência fictícia’ entre sexo, gênero e desejo, tentando evitar qualquer ‘erro’ performativo que denuncie sua dissidência.

A busca pela hegemonia dentro da própria comunidade LGBTI+ revela como o conceito

de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013) é internalizado como a forma mais honrada de ser homem. Conforme é possível inferir a partir de Connell (1995), mesmo subordinados à matriz heterossexual, muitos homens gays buscam o dividendo patriarcal, as vantagens materiais e o prestígio social conferidos à masculinidade dominante, adotando práticas de cumplicidade masculina.

Essa ascendência social de um grupo de homens sobre outros exige o policiamento constante de comportamentos considerados bichices ou afeminados, o que reforça as grades da prisão para o próprio sujeito que a opera.

Há evidências consideráveis de que a masculinidade hegemônica não é uma forma autorreprodutora, seja através de habitus ou outros mecanismos. Para se sustentar um dado padrão de hegemonia é necessário o policiamento de todos os homens, assim como a exclusão ou o descrédito das mulheres. Evidências de tais mecanismos variam do descrédito de opções “soft” num mundo de relações internacionais “hard”, desde as ameaças à segurança e à guerra, a violências e assassinatos homofóbicos, chegando aos constrangimentos de meninos nas escolas por “bichices” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 260).

Desta forma, a masculinidade hegemônica não é um tipo de caráter fixo, mas uma configuração de práticas que estabiliza o poder patriarcal em novas condições. A exaustão emocional de sustentar tal hegemonia, que comumente envolve o definhamento da empatia e o isolamento afetivo, evidencia que esta posição não é uma morada sustentável, mas um estado de conflito permanente.

A prisão da masculinidade indica sua fragilidade justamente na sua necessidade de repetição incessante. Se o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo através de atos internamente descontínuos, a aparência de substância do homem macho é uma realização performativa em que a plateia social e o próprio ator passam a acreditar.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: “o interno” é uma significação de superfície, e as normas do gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar. Se a base da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos ao longo do tempo, e não uma identidade (Butler, 2018, p. 187).

No entanto, é precisamente nas falhas dessa repetição, na incapacidade de manter a performance correta, que residem as possibilidades de transformação e libertação. A saída do armário, neste prisma, não é apenas a revelação de um desejo, mas o desmonte de um aparato de guerra performativo, o reconhecimento de que a base da identidade é, na verdade, uma configuração estilizada de atos que podem, e devem, ser ressignificados.

A análise permite distinguir duas dimensões articuladas do armário. O *locus* de passagem designa sua condição temporal e relacional: as posições de visibilidade e ocultamento não se estabilizam definitivamente, sendo reorganizadas diante de diferentes relações e contextos. A visibilidade seletiva, por sua vez, designa o mecanismo pelo qual essa passagem é operacionalizada: o sujeito distribui diferencialmente os signos pelos quais pode ser visto, desejado, identificado ou reconhecido. Se o primeiro conceito desloca o armário de uma topografia do dentro e do fora para uma temporalidade do trânsito, o segundo permite compreender as operações concretas pelas quais esse trânsito se realiza.

Nessa perspectiva, sair do armário deixa de constituir o único horizonte analítico possível para compreender as experiências dissidentes. Entre segredo e revelação existe um campo móvel de negociações no qual sujeitos podem estar simultaneamente visíveis e ocultos, reconhecíveis e anônimos, expostos em determinadas dimensões e protegidos em outras. O armário não se desfaz necessariamente quando algo se torna visível; ele pode recompor-se pela redistribuição das condições de reconhecibilidade. Compreendê-lo como *locus de passagem* significa deslocar a pergunta: *o sujeito está dentro ou fora do armário?* para outra: *sob quais condições, diante de quem e por meio de quais signos esse sujeito pode tornar-se reconhecível?*

Considerações Finais

A investigação demonstrou que o gênero não é um núcleo interno ou uma substância estática, mas uma estilização repetida do corpo realizada sob coação. O esforço hercúleo para sustentar o *cis-passing* no ambiente digital indica que o armário é um teatro de exaustão performativa. Se a identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que se pretende que sejam seus resultados, o armário deixa de ser um local de ‘ser’ para ser um local de um ‘fazer’ estratégico e temporário.

A aparência de uma substância masculina permanente é, portanto, uma realização performativa que a plateia social e o próprio sujeito passam a acreditar, mas que está fadada a falhas e rupturas.

A permanência no armário foi identificada como uma estratégia de sobrevivência contra o mundo de injúrias que precede o sujeito LGBTI+. No entanto, essa ‘proteção’ transforma-se em um presídio de masculinidade que impõe as dores do silêncio. O pânico moral contemporâneo e os movimentos antigênero utilizam o sadismo moral para reforçar essas portas, projetando no gênero o medo da destruição social para ocultar a violência real exercida contra corpos dissidentes.

Em síntese, compreender o armário como *locus de passagem* implica abandonar sua representação como espaço delimitado por uma entrada e uma saída definitivas. A passagem não corresponde necessariamente à revelação pública da sexualidade, mas à contínua reorganização das condições pelas quais o sujeito pode tornar-se visível, identificável e reconhecível. No ciberespaço, a visibilidade seletiva demonstra essa dinâmica ao permitir que corpo, rosto, nome, linguagem e desejo circulem segundo regimes distintos de exposição.

Propõe-se, desse modo, deslocar a análise do armário da oposição entre segredo e revelação para as condições sociais de reconhecibilidade. Mais do que perguntar quem permanece dentro ou quem conseguiu sair, importa investigar quais elementos de uma existência podem tornar-se visíveis, diante de quais públicos, sob quais riscos e mediante quais performances.

O armário persiste precisamente porque suas fronteiras podem ser refeitas a cada encontro. Pensá-lo como *locus de passagem* significa reconhecer que sua temporalidade não é a da permanência nem necessariamente a da saída, mas a da negociação contínua das possibilidades de aparecer.

Referências

- BUTLER, J. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: Masculinidade hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- ERIBON, D. **Reflexiones sobre la cuestión gay.** Barcelona, Anagrama, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 17ª Edição, Petrópolis, 1987.
- MONICA, E. F.; COSTA, R. S.. Privacidade, liberdade sexual e sigilo: sentidos de liberdade no aplicativo Grindr. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 99-116, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7904/3786>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- OLIVEIRA, M. R. D. de. O conceito de abjeção em Julia Kristeva. **Seara Filosófica**, Pelotas, n. 21, p. 185-201, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/searafilosofica/article/view/19975>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- PARANHOS, W.; COSTA, C. M. I.. “Curto uma pegação no sigilo”: o Grindr como território de subjetivações dos espaços de desejo. **Periódicus**, Salvador, n. 18, v. 1, p. 176-196, out./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49899>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007. Tradução de Plínio Dentzien. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 27 mai. 2026.
- SILVA, V. B. B. **Sigilo e liberdade no Grindr: um estudo sobre experiências sexuais masculinas mediada por aplicativo.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2023.
- SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 30, p. 129-154, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/6309/5485>. Acesso em: 27 mai. 2026.

Recebido em: 27 de maio de 2026
Aceito em: 9 de setembro de 2026
